

---

## OAB vai fiscalizar votação eletrônica nas eleições

O temor suscitado com a violação do painel eletrônico no Senado não acabou com a renúncia de ACM e de José Roberto Arruda. A Ordem dos Advogados do Brasil já articula providências para evitar episódios semelhantes. Por isso, está organizando a formação de um grupo de para fiscalizar o sistema de segurança das urnas eletrônicas nas próximas eleições no país. A intenção é tentar evitar as fraudes.

A segurança do sistema eletrônico é preocupação dos dirigentes da entidade. Em 2002, os fiscais da OAB serão orientados por seus técnicos do setor de informática, que se alinham entre os melhores do país.

### Reforma tributária

Os deputados de oposição estão pessimistas quanto à possível mudança na redação da PEC da Reforma Tributária, enviada em 29 de junho pelo governo, já no recesso do Congresso. O presidente da Comissão Especial que vai analisar a questão, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), tem comentado com os colegas que dificilmente terá a chance de acrescentar à PEC alguns dispositivos do projeto elaborado pela Comissão, que está engavetado no gabinete da presidência da Câmara desde o final de 1999.

Para Rigotto, o único objetivo do governo é obter a prorrogação da CPMF até 2004. “O resto é enfeite do bolo”, asseguram seus assessores.

### Lei de Radiodifusão

A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) achou muito curto o prazo de apenas 10 dias estipulado pelo Ministério das Comunicações para consulta a diversos setores do país sobre a nova Lei de Radiodifusão (PL 3.285/00). A entidade considera a questão muito complexa. Por isso pediu prazo de 90 dias para que toda a sociedade possa opinar sobre a proposta. O ministro ainda não deu resposta.

Até agora, segundo o secretário geral da entidade, Sérgio Murilo de Andrade, a avaliação é de que o projeto do governo “é muito ruim”. A deficiência mais flagrante, segundo ele, é a ausência de regras claras sobre o monopólio da comunicação, que permite a uma mesma empresa a propriedade de jornal e emissoras de rádio e televisão.

### Concorrência pública

As micro e pequenas empresas poderão ganhar mais prazo de validade da Certidão Negativa de Débito (CND) para participarem de concorrência pública. Atualmente, o documento vale por 60 dias, mas o deputado Augusto Nardes (PPB-RS) quer ampliar para 180 dias, segundo o Projeto de Lei 4.656/01 que já tramita na Comissão de Seguridade Social e Família, onde será relatado pelo deputado Orlando Frantazzini (PT-SP).

A proposta também prevê a possibilidade de substituição do CND (o nada consta do INSS), por uma declaração do representante legal da pessoa jurídica. Do jeito que está, argumenta Nardes, as micro e

pequenas empresas não têm chance de participarem de concorrência do governo.

### **Reivindicações**

Os servidores dos antigos territórios federais ainda lutam para manter os privilégios assegurados no passado pela União. O assunto será discutido em agosto próximo pelos ministros Pedro Malan, da Fazenda, e Martus Tavares, do Planejamento, em debate que será realizado em agosto pela Comissão da Amazônia. A audiência pública foi solicitada pelo deputado Eurípedes Miranda (PDT-RO).

Os antigos servidores federais querem de volta o plano de saúde, enquadramento da carreira de técnico e de apoio administrativo, isonomia salarial, reconhecimento dos anuênios e outros direitos adquiridos.

### **Energia**

Será votado em agosto, na Câmara federal e em regime de urgência, o substitutivo do deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) com alterações significativas ao Projeto de Lei 2.905/00, do Executivo, que trata da reestruturação do setor elétrico. Ao todo, doze emendas serão votadas logo após o recesso pela Comissão de Minas e Energia.

### **Date Created**

20/07/2001